

UMA CONVERSA SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR*

Beatriz Costa – outubro 2007

Nas reflexões que trago aqui, entendo que quando se fala em Educação *Popular* é porque se está convencido de que a sociedade nova que tanto desejamos construir só será possível com a participação de todo o povo, a mais ampla possível. Uma participação em que todos se façam e se reconheçam agentes solidários e companheiros de uma proposta social em construção.

Nesta direção, faz sentido pensar a Educação Popular como sendo uma ação educativa comprometida em fortalecer os grupos, iniciativas e movimentos populares, de modo a que eles enriqueçam e aprofundem a sua participação nessa construção. Participação que se dá através de iniciativas e lutas nos mais diversos campos de atividades: trabalho, saúde, moradia, educação, agroecologia, artes, formação política, direitos humanos e sociais, e tantos outros. Nas mais variadas realidades do nosso país: na roça, nos assentamentos, na floresta, nas oficinas, nos bairros, nas periferias das grandes cidades, nas pequenas vilas, nos quilombos, nas aldeias, etc.

Não uma participação qualquer, mas sempre em busca de que todos se percebam e se construam como cidadãos iguais na sua diversidade e solidários na criação social e política de uma sociedade em que todos tenham direito à vida; vida digna para todos.

I. UM POUCO DE HISTÓRIA

Mas atenção: este significado de Educação Popular tem uma história. Não se trata de uma definição teórica que nasceu primeiro na cabeça de algumas pessoas e depois foi posta em prática.

Podemos dizer que essa história começou lá pelo final dos anos 1950, começo da década de 60, num tempo de grandes mobilizações sociais e políticas, na cidade e no campo.

Nessa época, a realidade era bem diferente de hoje. Para ficar apenas em grandes traços, temos que mais de 70% da população morava no

* Esse texto foi parcialmente publicado pelo SARES – Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social, de Manaus, Amazonas, em seu **Cadernos Populares 3**.

campo. Hoje, 50 anos depois, a população rural não ultrapassa 20% (PNAD 2007).

Pois mesmo sendo maioria, os trabalhadores do campo não tinham nenhuma proteção social: os direitos trabalhistas não lhes eram reconhecidos, nem sequer

o salário mínimo, muito menos a Previdência Social. Não tinham direito a se sindicalizar. Os chefes políticos locais e os "coronéis" impunham a sua vontade livremente, em geral através da violência, das ameaças ou por meio das chantagens as mais diversas.

O impulso maior da atividade industrial era relativamente recente. A classe operária vinha crescendo e o movimento sindical se afirmava na cidade. Em alguns bairros populares, se iniciava um movimento por melhorias nas condições de moradia.

Em todos os lugares, a taxa de analfabetismo era altíssima e o analfabeto não tinha direito a voto. À mulher era reconhecido o direito de voto, mas sua atuação maior era no movimento estudantil. Questões de gênero, porém, nem se pensava que pudessem existir. Não estavam em pauta, as prioridades eram outras.

O sistema público de ensino primava pela falta de escolas e de vagas. Mesmo porque, só era obrigatório até a quarta série primária, mas nem isso era cumprido. A grande maioria das crianças e jovens não freqüentava a escola.

No início da década de 60, sobretudo nos anos do governo João Goulart, a reivindicação por mudanças sociais começou a se manifestar cada vez mais intensamente. As "reformas de base" propostas pelo governo eram discutidas em todo o país: reforma agrária, educacional, eleitoral, urbana, tributária, lei de remessa de lucros, etc.

É dentro e a partir desse contexto que começa a ganhar dinamismo uma educação que buscava a conscientização e a politização das camadas populares, de modo a que elas participassem mais efetivamente das grandes mobilizações nacionais e regionais. Campanhas de Alfabetização de Adultos são realizadas em vários estados do país; Paulo Freire propõe seu método de Círculos de Cultura e ganha repercussão nacional; o MEB (Movimento de Educação de Base) e sua educação através de escolas radiofônicas se estende nas áreas rurais de quase todos os estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste do país. Os estudantes reunidos na UNE (União Nacional de Estudantes) criam os CPCs (Centro Popular de Cultura) com atuação principalmente nas periferias e favelas urbanas. O clima de debates

políticos sobre o papel da educação na transformação social era cada vez mais efervescente.

As pressões por mudanças sociais e políticas foram num crescendo. Mas as forças contrárias a elas não tardaram a se manifestar e, em 1964, deu-se uma intervenção militar que durou 25 anos de ditadura.

Veio um tempo de repressão a todos os movimentos, iniciativas e grupos que buscavam mudar a realidade do povo brasileiro. Muitos foram dizimados, outros muitos continuaram a atuar, só que em geral localmente e bem mais discretamente, ou mesmo clandestinamente. Reinventaram atividades e modos de se organizar. Mantiveram a chama acesa.

Assim, a história da Educação Popular, participante e resultante das lutas e movimentos por um mundo mais justo, passou por dentro dos anos de chumbo da ditadura e seguiu em frente.

II. NOVOS DESAFIOS

Hoje, muita coisa mudou. Os desafios são novos e mais complexos. A partir dos anos 90, com a queda da União Soviética, o grande capital impõe ao mundo inteiro a política do neoliberalismo. As grandes corporações capitalistas tratam de expandir-se e penetrar em todos os recantos do globo terrestre com o objetivo de transformar tudo em mercadoria. Para elas, o que importa é sugar da sociedade todas as possibilidades de ganhar mais dinheiro.

Segundo o pensamento neoliberal, com o fim da “competição comunista” representada pela União Soviética, o capitalismo passa enfim a ser o caminho único para o crescimento das riquezas e sustentação da sociedade. Dizem eles: não há outro caminho, não existe outra teoria, outra doutrina, outro pensamento capaz de guiar os povos para o progresso da humanidade, a não ser a lógica do lucro.

De acordo com esse “pensamento único” neoliberal, o Estado deve reduzir ao mínimo as suas funções públicas, isto é, as suas responsabilidades para com o bem público. Tudo o que representa possibilidade de lucro, até mesmo os serviços públicos básicos como a educação, a saúde e a segurança, é privatizado e entregue a empresas privadas. Assim, diminuindo as suas responsabilidades públicas, o Estado poderá cortar despesas e diminuir, ao máximo, os impostos cobrados do capital.

As políticas neoliberais fazem tudo para quebrar as pernas dos movimentos populares e de suas lutas. Precarizam as condições de vida

e de trabalho da grande maioria da população. A nova organização do trabalho aliada a mudanças tecnológicas controladas ou comandadas pelo capital multiplicam por milhões os desempregados. O movimento operário se enfraquece; cresce a pressão dos empresários pela perda de direitos sociais conquistados com muita luta e persistência. A desigualdade social se torna cada vez maior no mundo inteiro.

Intensifica-se a exploração do planeta terra em benefício de interesses privados indiferentes à destruição do que pertence a todos. Vai se gerando um modo de vida em que o individualismo, a competição e o consumismo penetram nos "corações e mentes", passando a fazer parte do comportamento de muitas pessoas no dia a dia.

Na dinâmica dessa realidade, antigos e novos movimentos e iniciativas sociais desenvolvem atuações de resistência e buscam construir propostas alternativas que possam se confrontar com a ordem neoliberal vigente. São diversos: movimentos de direitos humanos, de mulheres, de negros, de índios, da agricultura familiar, dos trabalhadores sem terra, de ribeirinhos, de quilombolas, de povos da floresta, de operários, de jovens, de meninos e meninas na rua, de bairro, de economia solidária, de saúde alternativa... Iniciativas diversas de educação como alfabetização de jovens e adultos, reforço escolar comunitário, educação para o trabalho, cursos de formação política, pré-vestibular para negros e carentes; pastorais sociais; e muitos mais. Uns mais visíveis, outros mais discretos e localizados, quase todos se comunicando de algum modo em redes de troca de experiências, de informação, de mobilização.

III. E A EDUCAÇÃO POPULAR HOJE?

Essa é a realidade em que a Educação Popular se faz presente hoje. Uma realidade marcada por grandes contrastes e cheia de desafios.

No passado a Educação Popular se alinhava, junto com os movimentos sociais de sua época, a uma perspectiva de ruptura radical, por vezes até violenta, com o sistema vigente. Nos dias de hoje, essa perspectiva teve que ser refeita. Hoje, foi ficando mais claro que o desafio da transformação da sociedade aponta para uma radicalização do processo democrático e participativo. A meu ver, então, é na perspectiva de fortalecer esse processo – ou melhor, as suas raízes – que a Educação Popular se faz presente hoje nas iniciativas e movimentos populares. Como?

Podemos perceber que há um embate surdo na sociedade dos nossos dias, no sentido de uma disputa pelas vontades e consciências: esse

embate se dá em cima de um conjunto de valores e de interesses que contrapõem os bens privados e a predominância da mercadoria, aos bens públicos e a predominância dos direitos humanos, sociais, econômicos, políticos e culturais.

Assim, a criação de caminhos alternativos buscada pelos diversos grupos, movimentos e iniciativas populares passa por um discernimento continuado das suas atividades e da sua atuação: o que está sendo feito responde a que motivações, que interesses? Que relações estão sendo criadas? Quais são as possibilidades e condições para a criação de novas relações sociais? Etc.

Neste sentido, podemos considerar que a Educação Popular se faz presente nas iniciativas e movimentos populares como um exercício do discernimento através do qual os participantes aprofundam e enriquecem a sua participação na construção de propostas sociais novas e alternativas.

Os modos e as formas de exercer e aprofundar o discernimento e de reforçar o *novo* e o *alternativo* que se põem a caminho nas diversas iniciativas, variam conforme as ações e situações concretas de cada uma delas.

Vamos apresentar alguns exemplos.

Saúde como cuidado da vida

Hoje são inúmeras as iniciativas populares que desenvolvem trabalhos no campo da saúde alternativa, da produção de remédios fitoterápicos, da reprodução de plantas medicinais, da proteção à biodiversidade, etc. Em alguns lugares, inclusive, se dá um entrosamento crescente entre essas iniciativas e os serviços do sistema público de saúde local: o que resulta num fortalecimento mútuo a benefício da saúde do povo. Germina, entre essas iniciativas, uma concepção de saúde como *cuidado da vida*.

Um dos desafios que, neste momento, está se pondo para muitas iniciativas de saúde alternativa é a questão do patenteamento – que é a forma capitalista de privatizar o conhecimento e depois cobrar dinheiro pelo seu uso.

Sobre este assunto, o Jornal da Universidade de São Paulo (ano XVIII n.661, 2003) publicou uma matéria bastante esclarecedora:

“A biopirataria representa a nova forma de colonização no mundo moderno. O “neocolonialismo” é praticado especialmente pelas grandes empresas do setor farmacêutico e químico, através da apropriação de material genético e de conhecimentos tradicionais de

comunidades do Terceiro Mundo. Os biopiratas chamam de inventividade o que na verdade é roubo. As afirmações são da física indiana Vandana Shiva, feitas à imprensa durante recente passagem pelo Brasil ...

Andiroba, copaíba, curare, bibiri, crotão, jaborandi, jenipapo, camu-camu, veneno de jararaca. A lista de espécies e princípios ativos da biodiversidade brasileira usados para a elaboração de produtos patenteados no exterior é longa. Até sangue humano, como o dos povos caritianas, suruí e ianomâmis, foram parar em modernos laboratórios ou bancos de células norte-americanos. A posse desse sangue vem sendo contestada pelas tribos envolvidas.”¹

O jornal da USP informa ainda que a mais recente disputa que veio a público envolvendo marcas e patentes talvez seja a do cupuaçu. A empresa japonesa Asahy Foods pediu ao escritório de marcas do Japão o registro comercial do nome da fruta. O pedido foi negado. Em sua argumentação para conseguir o cancelamento, a organização ambiental Amazon Link alegou que o cupuaçu é uma fruta da Amazônia e seu nome não pode ser transformado em propriedade particular. Antes disso, a Asahy Foods, através da sua subsidiária japonesa Cupuaçu International, já tinha tentado patentear o cupulate (tipo de chocolate feito a partir do cupuaçu). O pedido também foi negado. Motivo: o cupulate foi desenvolvido no Brasil, pela Embrapa!

Diversos grupos e iniciativas de saúde alternativa têm levado uma discussão a respeito dessa questão, buscando esclarecer melhor: o que fazer para impedir a apropriação privada dos conhecimentos e invenções populares pelos laboratórios farmacêuticos estrangeiros e nacionais? Quais as alternativas ao patenteamento? Alternativas à luz de quê, de quais propostas políticas, de que valores éticos? Hoje se discute inclusive a possibilidade de uma legislação que permita patentear um conhecimento (ou invenção) como conhecimento **público** – e aí ninguém mais pode se apropriar dele privadamente.

Não são poucos os grupos em que as pessoas, pelo próprio fato de discutirem juntas esse desafio, passam a se sentir participantes de uma luta comum maior: a construção solidária de um conhecimento que serve à vida de todos.

Mas é bom não simplificar. Com este exemplo, a preocupação é apenas mostrar a importância que o exercício do discernimento tem entre essas

¹ “Sangue ianomâmi, à venda na Internet.

Os ianomâmis, assim como os suruí e os caritianas, da região amazônica, em casos bastante semelhantes, acreditaram em médicos e pesquisadores que, a pretexto de estudar seus hábitos e analisar o sangue de sua gente para sanar doenças como malária, entraram em suas tribos e retiraram sangue de seus membros. Em troca, os índios receberiam ajuda material e assistência médica. Mas a contrapartida nunca veio e, mais grave, laboratórios como o Coriell Cell Repositories, que possui um banco de células mutantes humanas, lucram colocando à venda pela Internet amostras de sangue dos caritianas e dos suruí.” (Jornal da USP – idem)

iniciativas de saúde alternativa. As suas discussões a respeito do patenteamento possibilitam que, entre elas, o conhecimento e as invenções sejam fruto e estejam a serviço, não da competição, mas da cooperação solidária. Nos lugares mais diversos desse país, esses grupos, ao fortalecerem o seu discernimento, aprofundam a sua participação na construção de um “outro mundo possível”.

Técnicas não são neutras

Além da área da saúde, também em outras áreas vamos encontrar alertas sobre a necessidade de um maior e constante discernimento. Por exemplo, como disse o monitor de tornearia de uma escola de formação para o trabalho, num encontro em que se discutia sobre educação, técnica e política:

“Nosso objetivo no curso não é conhecer a tecnologia por conhecer. Mas é ter a visão de que a tecnologia não é neutra: ela é boa ou má, dependendo da opção que é feita. Para isso, procuramos sempre pesquisar a história de cada técnica, de cada invenção, vendo: essa tecnologia veio para nos ajudar? Mas nós temos que fazer uma opção para que ela não desempregue tanto. Quem faz a opção de desempregar e deixar a pessoa morrendo de fome é o sistema capitalista. Porque a medida desse sistema não tem fim. Ele não está interessado no bem estar, está interessado numa fatura”.

Em nome da “solidariedade”

Nesses últimos tempos, cresce o número de projetos e iniciativas que, em nome da responsabilidade social e da solidariedade com os excluídos, pretendem responder a demandas antigas e novas dos movimentos e grupos populares. E neste cenário, a necessidade do discernimento não pára de acender seu sinal de alerta. Narro um fato que se passou recentemente, num Centro de educação para o trabalho.

A cada ano estudam neste Centro aproximadamente 200 jovens e adultos. São trabalhadores e filhos de trabalhadores que vão ali para fazer um curso de eletricidade, de eletrônica, de mecânica ou de gráfica. À noite, estudam os adultos e, à tarde, os adolescentes. O Centro fica num bairro popular da área metropolitana de uma cidade do Nordeste.

No início do ano de 2000, o Centro fez um convênio com o Comunidade Solidária – que era um programa social do governo Fernando Henrique Cardoso, presidido e dirigido pela primeira dama do país, Dona Ruth Cardoso. Com os recursos recebidos por conta desse convênio, o Centro pôde inscrever

mais 50 adolescentes em seus cursos – ficando assim com um total de mais ou menos 100 alunos à tarde.

Acontece que, para esses 50 adolescentes, o convênio incluía também 50 bolsas de estudo, no valor de 50 reais cada uma.

Diante disso, o que fez a equipe de monitores do Centro? Convocou uma assembléia dos 100 adolescentes - como sempre faz quando há um assunto importante para ser resolvido. Informou a eles sobre as bolsas mandadas pelo Comunidade Solidária e colocou nas mãos deles a seguinte questão:

- *E agora, o que é que vamos fazer com essas bolsas? Os alunos que estudam aqui no Centro vivem uma mesma realidade, passam pelos mesmos problemas, têm as mesmas necessidades. E estão aqui porque topam participar da mesma proposta pedagógica. E aí, o que fazer? Vai dar bolsa só para 50 alunos?*

A assembléia discutiu, discutiu e chegou à seguinte decisão:

- *A gente vai receber os 50 reais das 50 bolsas sim, como eles querem. Mas esse dinheiro vai ser rateado como vale transporte para todos os alunos.*

E assim eles fizeram. A cada mês, os 50 “bolsistas” recebiam oficialmente as bolsas e, em seguida, compravam os vales-transporte e distribuíam para todo mundo.

Lá às tantas, baixou no Centro a representante da administração financeira do Comunidade Solidária. E quando soube do que estava sendo feito, reagiu prontamente. Falou para os monitores:

- *Vocês não tinham autorização para fazer uma coisa dessas. Isso fere os princípios do projeto.*

E resolveu ir conversar diretamente com os 50 alunos que eram os bolsistas oficiais. Reuniram-se todos numa sala e a representante do Comunidade Solidária, dirigindo-se a eles, falou:

- *Minha gente, vocês têm que entender que os 50 reais é para vocês comprarem um par de tênis, para terem um dinheiro para ir ao cinema, ...*

A resposta veio na hora:

- *Como é que é? A senhora está dizendo para eu comprar um tênis em vez de estar dividindo o dinheiro com meus colegas do lado para eles virem assistir aula? A senhora está ficando doida?*

E assim como tinha sido decidido pelos alunos, assim continuou a ser feito até o final do ano. No ano seguinte, o Comunidade Solidária não renovou o projeto.

“Se deixassem nas mãos de comunitários responsáveis”

Nos tempos de hoje, o problema do emprego e do trabalho tornou-se uma das preocupações mais pesadas para a grande maioria do povo. Entre os grupos e movimentos populares, coloca-se como um grande desafio.

Sobre isso, muito se tem discutido em busca de saídas. Algumas conversas mostram inclusive a importância, o desejo e o esforço para criar alternativas populares de trabalho que levem em conta as necessidades e motivações sociais concretas do povo. E que inclusive, nelas, os trabalhadores tenham autonomia para gerir o seu próprio trabalho.

É o que podemos entender a partir do depoimento do senhor João Sabino da Silva, morador do Bairro Parque São Pedro, em Manaus, dado no mês de janeiro de 2007²:

“Em relação à urbanização, foram enviados muitos ofícios para a secretaria, e veio um pacote de obras assinalando o que iria ser realizado em todas as áreas do bairro. Só que, como era um projeto eleitoreiro, foi feito apenas uma terraplanagem. Na metade das ruas colocaram um asfalto que já foi embora com a chuva e com a terra que escorreu, porque não tem drenagem, não tem saneamento básico. Então, não adiantou muita coisa.

O trabalho foi feito com péssima qualidade, que é uma característica de programa eleitoreiro. Agora estão retomando novamente para que se faça a drenagem: sem ela, não tem como construir um bairro. Asfalto não dura. O dinheiro do contribuinte pago ao estado é usado como o estado quer, sem consulta ao contribuinte para saber onde vai ser investido. Acaba sendo investido de qualquer forma e é jogado fora, pois a terraplanagem e o asfaltamento vão ter que ser feitos novamente, pois não resistiram à chuva.

A quantidade de ruas que foram só cortadas e passado o piche, foram em torno de 70%. Hoje vai ter que refazer o bairro inteiro, do início até o final, porque em menos de três meses foi tudo perdido. Não presta mais, fizeram porcaria. A empresa, dizem que faliu, que pediu concordata e não vem mais retomar o serviço. Agora estão contratando uma outra empresa para retomar as obras de urbanização. A eletricidade já está em torno de 90% instalada, mas falta a iluminação pública e as contas já estão chegando.

De projeto do governo, temos seis poços do plano emergencial, localizados em áreas de necessidade. Só que este trabalho do governo

² “Ontem um dono, hoje milhares: A História do Bairro Parque São Pedro” – Série: Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia – Projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia”, Manaus 2007

é meio falso, fantasma, porque a pessoa tem que ficar andando carregando água para fazer comida, para lavar roupa, tomar banho, dar banho nas crianças. A pessoa passa o dia carregando água e enchendo o tambor. Aqui na Associação a gente fez um sistema barato de água: nós gastamos R\$ 13.000,00 e instalamos encanamento em 130 casas.

O governo tem condições, o governo tem o dinheiro, mas faz contratações de empresas que levam muito dinheiro em cima das obras. Se deixassem nas mãos de comunitários responsáveis, que soubessem trabalhar e soubessem como fazer, o dinheiro da população, o dinheiro da comunidade, seria muito bem gasto; renderia mais porque não gasta dinheiro à toa. Temos três mil metros de canos instalados, atendendo 130 casas, gastamos R\$ 13.000,00. Esse dinheiro para nós é muito, para o governo não é nada. Então, tem como fazer. ...”.

Vamos terminar esse item com um breve resumo:

1. A Educação Popular como exercício do discernimento - reflexão crítica da ação - não é uma atividade ao lado de outras. Não é uma prática específica – como é a prática do plantio e da colheita, da pesca, do dar aulas, da marcenaria, da costura, etc. Ela é a dimensão educativa presente em todas as práticas, atividades, iniciativas e movimentos populares nos quais os participantes buscam fortalecer a sua participação na construção de uma proposta de sociedade nova.
2. O exercício do discernimento não é uma ação apenas da “cabeça”. Nele entram também a motivação e o afeto de cada um pelo que faz e pelo que todos fazem juntos; o respeito de uns pelos outros; o esforço para se colocar no lugar do outro e entendê-lo melhor na sua história, nos seus motivos e nas suas escolhas; o aprender a viver a igualdade na diversidade.
3. O exercício do discernimento é importante como condição de eficácia das iniciativas populares. Não a eficácia de quem busca acima de tudo o lucro e as vantagens para poucos. Mas uma eficácia fundada na solidariedade, na democracia, no respeito que incorpora e se enriquece com os modos de pensar e de fazer de cada um.
4. Neste sentido, a Educação Popular não tem ponto final. Ela dura enquanto os participantes das iniciativas populares se preocuparem com a melhor participação de todos na criação de um mundo solidário para todos.

IV. UM MODO DE FAZER

Vamos apresentar uma proposta muito simples de *caminho* ou *modo de fazer* para discernir o que está sendo construído e fortalecido nas diferentes atividades, movimentos e iniciativas populares. Uma espécie de roteiro de perguntas que nos ajudem a pensar o que estamos fazendo.

Como sugestão, penso que seria importante considerar os seguintes aspectos:

1. O contexto em que a atividade se realiza

Só para dar uma idéia, esse item diz respeito a questões como:

- O que nos levou a realizar tal atividade ou a participar de tal iniciativa? O que essa iniciativa tem a ver com a realidade do lugar? Como analisamos o contexto social em que vivemos?
- O que conhecemos sobre a história da região e sobre as suas principais características culturais?

Em nossas reflexões, nem sempre levamos em conta que a nossa atuação não é algo à parte, separada da realidade e do momento de hoje.

Por exemplo, se as coisas não estão dando certo, logo se pensa que os motivos devem estar no método de trabalho, na estrutura da organização, na pouca motivação dos participantes... Não são poucos os que dizem: *Os movimentos populares atualmente estão em crise, esvaziados, não conseguem mais atrair os trabalhadores. Mesmo os movimentos e entidades mais combativas estão morrendo. É preciso encontrar dinâmicas novas para animar o pessoal...*

O problema, a meu ver, nem sempre está nas *dinâmicas*. Elas ajudam, sem dúvida. Mas, para compreender e enfrentar essa crise, o mais importante seria "ouvir" e discernir melhor a realidade dos dias de hoje. Que problemas e que demandas a população está apresentando? Que formas de opressão e de dominação estão pesando mais na sociedade hoje? Que preocupações? De que maneira isso influi na disposição das pessoas, no seu ânimo, no seu tempo disponível? Que novas possibilidades e caminhos de luta estão se abrindo? E assim por diante.

Quer dizer, é importante conhecer e analisar a realidade concreta e dinâmica na qual se vive. É importante levar em conta a história e os traços culturais da região.

Levar em conta a cultura de uma região não significa considerá-la como uma coisa “sagrada” e isolada, na qual não se pode mexer. Levar em conta a cultura de uma região significa não apenas valorizar a manifestação dos seus traços próprios, mas contribuir também para o seu **encontro** com culturas de outras áreas e regiões. Isto é, contribuir para o intercâmbio, para a maior compreensão mútua e para o diálogo crítico entre elas.

2. Horizontes e motivações

Outro aspecto que devemos considerar em cada iniciativa são as motivações que levaram a criá-la e os horizontes que a norteiam.

É impossível discernir o que qualquer iniciativa ou atividade está construindo na sociedade sem considerar o horizonte para o qual estamos procurando caminhar.

Podemos dizer que, em geral, essas motivações e horizontes carregam dentro de si os princípios e os valores mais fortes que unem os participantes de um grupo ou de uma iniciativa. Aquilo de que ninguém abre mão.

A questão é que nem sempre é fácil mostrar a ligação entre as nossas motivações maiores e a realidade concreta em que atuamos. Só como exemplo:

- Vamos supor que numa associação de agricultores agroecológicos, a motivação principal de todos seja a sua participação na construção de um mundo de justiça e vida digna para todos.

No caso, seria importante perguntar, por exemplo: quais são as características e situações existentes na realidade em que se vive, que levam a querer mudá-la numa perspectiva de justiça e vida digna para todos? O que se entende por *vida digna para todos*? O que a *participação* dos trabalhadores tem a ver com *justiça e vida digna*? Na atual realidade, em que sentido uma proposta agroecológica tem algo a ver com justiça e vida digna para todos? Partindo do princípio de que a agroecologia não é algo politicamente neutro, qual será a perspectiva de sociedade que está embutida na sua proposta? O que ela tem a ver com cidadania nos dias de hoje? E assim por diante.

Acredito que, sem um tipo de reflexão como a sugerida acima, a nossa atuação fica muito vaga e acaba, muitas vezes, sendo engolida pelas armações dos “donos” do poder e do dinheiro.

3. A atuação

Um outro aspecto a considerar em cada iniciativa é a sua intervenção (ou atuação) concreta na realidade local.

Dentro desse aspecto, podemos incluir:

- As atividades:
 - O tipo de atividade que se faz. Ex: cursos, projeto experimental de pesca, grupo de economia solidária, ...
 - Os participantes das atividades. Ex: homens, mulheres, jovens, crianças. Pequenos agricultores, ribeirinhos, trabalhadores da construção civil, professoras, donas de casa, etc.
 - A quantidade de participantes por atividade, etc.
- Os objetivos da atividade: quais são eles? Como surgiram? Que mudanças pretendem provocar ou reforçar no contexto em que se vive? Foram sempre os mesmos? Que modificações sofreram ao longo da história do grupo? A que se devem essas modificações? Etc.
- O processo de trabalho: o que se faz e como se faz para encaminhar os objetivos da atividade, tendo como referência os horizontes e motivações que movem o grupo. E levando em conta a realidade concreta dos nossos dias.

Para aprofundar bem esses itens, o caminho é sempre refletir sobre a relação de cada um deles entre si e com os anteriores.

Tomemos como exemplo uma rede de escolinhas comunitárias de reforço escolar presentes em bairros da periferia urbana. Numa reflexão sobre a sua atuação, poderíamos considerar, por exemplo:

- Quais são os objetivos dessas escolinhas? A partir de que motivações elas foram criadas? O que nos leva a participar delas? O que levou a definir que, nestes bairros, as escolas seriam importantes? Importantes para quem? Qual é o programa do reforço (assuntos, temas, jogos, outras atividades)? Como foi construído esse programa? De que maneira a pedagogia favorece a solidariedade, a cooperação, o respeito, a responsabilidade, a igualdade na diversidade entre todos os

participantes - alunos e professores? O que se faz para que os alunos aprofundem a sua capacidade de pensar e agir criticamente? Qual a participação dos alunos nas decisões, na gestão das atividades, no cuidado com o ambiente e com o que é de todos? O que se faz para as famílias participarem da escola? E a comunidade? Como são as relações e o entrosamento com as escolas do sistema público de ensino? O que os professores fazem para, também eles, poderem se educar e se formar continuamente? Qual é o horizonte que une os seus passos? Quais são as principais dificuldades? Como estão sendo enfrentadas? O que deve ser modificado e melhorado? Como?

4. Resultados

Acredito que, em cada atividade ou iniciativa, os principais resultados da ação vão sendo apontados ao longo de todo o processo de discernimento que temos sugerido até aqui.

Contudo, seria importante explicitar melhor a seguinte questão: como interpretar o *sentido* e o *alcance* desses resultados para a realização dos objetivos e das motivações principais do grupo. Este é um grande desafio ao nosso exercício do discernimento.

Consideremos, por exemplo, duas atividades e seus resultados.

- A produção de remédios, poções e outros produtos “caseiros” feita por *grupos de saúde* que surgem e se formam em áreas rurais e em diversos bairros da periferia de alguns centros urbanos, tem se fortalecido como uma alternativa concreta e eficaz no tratamento (curativo e preventivo) da saúde. Além de ser mais barata, evitando gastar o que não se tem com a compra de remédios caros da indústria farmacêutica.
- A coleta, seleção e armazenamento de sementes em Bancos de Sementes geralmente ligados a associações de agricultores familiares e a assentamentos tem sido uma das principais fontes de fornecimento de sementes aos agricultores da região, por ocasião do plantio. Assim, livram os agricultores de ter que comprar sementes híbridas e transgênicas das multinacionais do agronegócio.

Esses resultados poderiam ser lidos apenas de um ponto de vista prático: contribuem para melhorar as condições de saúde e as condições de produção dos trabalhadores.

Mas é possível acrescentar outros ângulos, que tornam mais complexo e mais rico o nosso discernimento. Por exemplo, em diversos grupos, ao

final de alguns anos de experiência, surgem sinais de que tanto a participação nas atividades de saúde alternativa como a atuação nos Bancos de Sementes estão gerando certas mudanças como, entre outras:

as novas relações de solidariedade e cooperação que são construídas pelos participantes desses grupos em suas comunidades; a sua postura de maior independência e segurança frente aos "poderosos"; a nova análise mais crítica que começam a fazer das coisas; a auto-valorização de si mesmos ...

Enfim, podemos dizer que essas mudanças significam um testemunho do **valor social da solidariedade** que une os participantes dessas atividades desde o seu começo.

Há sinais inclusive de que, em diversos lugares, essas mudanças têm significado um enfraquecimento e mesmo, em alguns casos, um rompimento da relação de dependência dos trabalhadores em relação aos "poderosos" do lugar (o "coronel", o fazendeiro, o político, o doutor, ...). Eles passam a não mais precisar do fazendeiro ou do patrão para comprar remédio quando um filho adoecer, não dependem mais do político para conseguir as sementes em tempo hábil, etc.

Além disso, de um ponto de vista da técnica, tanto os grupos de saúde como os Bancos de Sementes levam adiante propostas diferentes dos pacotes e soluções tecnológicas apresentadas pelos laboratórios químicos e biológicos. Esses não têm qualquer preocupação com a dignidade dos sujeitos, com o meio ambiente, com a vida dos cidadãos. Pelo contrário, nos grupos de que estamos falando, sabemos que o processo de produção e a qualidade dos remédios, por exemplo, leva em conta as melhores condições de saúde do **outro** (aquele que vai usar o produto), e não o lucro fácil e imediato, conseguido às custas do usuário.

E mais: tanto num caso como no outro, o *governo* da atividade está nas mãos dos próprios trabalhadores, dentro de uma proposta de autogestão da sua iniciativa. Esse é um germen de um novo tipo de democracia: uma democracia radical, que é como se pode definir hoje o socialismo.

V. TERMINANDO

É um processo longo, sem dúvida, cheio de idas e vindas e variando de lugar para lugar. Não pretendo aqui ter apontado todas as características e possibilidades desse processo no qual parece germinar

um novo sentido de saúde, de vida, de relação com o meio ambiente, de trabalho, de conhecimento, de solidariedade.

Nessa nossa conversa, procurei apenas mostrar que, na minha concepção, exercer o discernimento é procurar entender o alcance e o significado que a nossa atuação teve ou está tendo na construção de um “mundo mais justo, mais solidário e participativo para todos”.

Retomando o que dissemos lá no início, o exercício conjunto e solidário de uma maior reflexão e discernimento a respeito das motivações e conseqüências do que estamos fazendo em nossas intervenções sociais, aprofunda e enriquece a nossa participação nesse caminho sempre em construção.